

ÍNDICE

7	SUMÁRIO
8	ABREVIATURAS MAIS FREQUENTEMENTE UTILIZADAS
10	INTRODUÇÃO
14	CAPÍTULO I
	O CONTRATO DE TRABALHO A TERMO. DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA
14	1. Introdução
14	1.1 Os Tratados
16	1.2 A política social comunitária
18	1.3 As propostas de Directiva em matéria de trabalho temporário - anos 80
20	1.4 Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores
21	1.5 As propostas de Directiva em matéria de trabalho temporário - anos 90
22	1.6 A Directiva 91/383/CEE de 25 de Junho de 1991
24	2. A Directiva 1999/70/CE sobre trabalho a termo
26	2.1 Origem
24	2.2 Enquadramento
29	2.3 Objectivo
31	2.4 Âmbito de aplicação
33	2.5 Princípio da não discriminação
40	2.6 Disposições para evitar os abusos
47	2.7 Oportunidade de acesso a emprego permanente e formação profissional
48	2.8 Representação dos trabalhadores e informação
49	2.9 Disposições de aplicação
50	2.10 Disposições de aplicação (continuação): cláusula de não regressão
56	2.11 Consequências de uma eventual violação do acordo-quadro pelo direito nacional
62	3. Breve referência à Directiva 2008/104/CE sobre trabalho temporário
62	3.1 Enquadramento
63	3.2 Objectivos
64	3.3 Âmbito de aplicação
65	3.4 Princípio da igualdade de tratamento
69	3.5 Acesso ao emprego, aos equipamentos colectivos e à formação profissional
71	3.6 Representação dos trabalhadores temporários
72	3.7 Reexame das restrições ou proibições
73	3.8 Sanções
74	3.9 Disposições finais
76	CAPÍTULO II
	O CONTRATO DE TRABALHO A TERMO. DIREITO COMPARADO
76	1. O contrato de trabalho a termo em Espanha
76	1.1 Enquadramento
77	1.2 A transposição da Directiva 1999/70/CE
79	1.3 A contratação a termo resolutivo

81	1.3.1 A contratação a termo resolutivo por necessidades formativas do trabalhador
84	1.3.2 A contratação a termo resolutivo conjuntural
87	1.3.3 Contratos a termo resolutivo estruturais
87	1.3.3.1 Contrato para realização de obra ou serviço determinados
90	1.3.3.2 Contrato eventual por circunstâncias da produção
93	1.3.3.3 Contrato de interinidade
96	1.3.4 Regime jurídico dos contratos
96	1.3.4.1 Forma
98	1.3.4.2 Duração
103	1.3.4.3 Extinção
107	1.3.4.4 Condições de trabalho e protecção dos trabalhadores
116	1.4 Breve referência aos contratos com empresas de trabalho temporário
122	1.5 Síntese
124	2. O contrato de trabalho a termo em França
124	2.1 Enquadramento
125	2.2 A transposição da Directiva 1999/70/CE
125	2.3 A contratação a termo resolutivo em França
126	2.3.1 Fundamentos
127	2.3.1.1 Substituição de trabalhadores
128	2.3.1.2 Aumento temporário da actividade da empresa
129	2.3.1.3 Trabalho sazonal e trabalho prestado em determinados sectores
130	2.3.1.4 Fomento do emprego
131	2.3.1.5 Outros casos
131	2.3.2 Regime jurídico dos contratos
131	2.3.2.1 Forma
133	2.3.2.2 Duração
134	2.3.2.3 Extinção
136	2.3.2.4 Condições de trabalho e protecção dos trabalhadores
139	2.4 Breve referência aos contratos com empresas de trabalho temporário
142	2.5 Síntese
143	3. O contrato de trabalho a termo em Itália
143	3.1 Enquadramento
143	3.2 A transposição da Directiva 1999/70/CE
144	3.3 A contratação a termo resolutivo com fundamento numa cláusula geral
147	3.3.1 Fundamentos
150	3.3.2 Regime jurídico dos contratos
150	3.3.2.1 Forma
151	3.3.2.2 Duração
151	3.3.2.3 Prorrogação do contrato e regime dos contratos sucessivos
153	3.3.2.4 Extinção
154	3.3.2.5 Condições de trabalho e protecção dos trabalhadores
156	3.4 A contratação a termo resolutivo com finalidade formativa
158	3.5 A contratação a termo resolutivo pela Administração Pública
159	3.6 Breve referência aos contratos com empresas de trabalho temporário
166	3.7 Síntese

168	4. Apreciação crítica
168	4.1 O contrato a termo e a Directiva 1999/70/CE
174	4.2 O trabalho temporário e a Directiva 2008/104/CE
176	CAPÍTULO III
	O CONTRATO DE TRABALHO A TERMO NO DIREITO PORTUGUÊS
176	1. Enquadramento
177	2. Caracterização das cláusulas acessórias de condição e termo
178	3. Admissibilidade da aposição de termo ou condição ao contrato de trabalho
182	4. Evolução histórica
200	5. Enquadramento legal actual. A reforma do Código do Trabalho
200	5.1 Enquadramento legal actual
203	5.2 A reforma do Código do Trabalho
204	5.2.1 As alterações ao Código do Trabalho
204	5.2.1.1 A Lei 53/2011, de 14 de Outubro
205	5.2.1.2 A Lei 23/2012, de 25 de Junho
206	5.2.1.3 A Lei 69/2013, de 30 de Agosto
207	5.2.2 A renovação extraordinária de contrato de trabalho a termo certo: as Leis 3/2012, de 10 de Janeiro, e 76/2013, de 7 de Novembro
211	5.2.3 Balanço
212	6. Regime jurídico
212	6.1 Aspectos gerais
220	6.2 Fundamentos
221	6.2.1 Necessidades temporárias do empregador
230	6.2.2 Medidas de fomento empresarial e do emprego
239	6.2.3 Outros fundamentos
254	6.2.4 Regime de prova
256	6.3 Forma e formalidades
256	6.3.1 Regime regra
260	6.3.2 Contrato de trabalho de muito curta duração
262	6.3.3 Contrato de trabalho a termo em funções públicas
263	6.3.4 Contratos de trabalho a termo com regime especial
266	6.4 Duração, renovação e conversão
266	6.4.1 Contrato de trabalho a termo resolutivo certo
276	6.4.2 Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto
279	6.4.3 Contrato de trabalho a termo em funções públicas
282	6.4.4 Contratos de trabalho a termo com regime especial
284	6.5 Sucessão de contratos
298	6.6 Protecção dos trabalhadores contratados a termo
298	6.6.1 Formação profissional
301	6.6.2 Deveres de informação do empregador
303	6.6.3 Preferência na admissão
305	6.6.4 Igualdade de tratamento
306	6.6.5 Obrigações sociais
308	6.7 Cessação do contrato de trabalho a termo resolutivo

309	6.7.1	Caducidade do contrato de trabalho a termo certo
311	6.7.2	Caducidade do contrato de trabalho a termo incerto
312	6.7.3	Compensação pela caducidade do contrato
316	6.7.4	Caducidade do contrato de trabalho a termo em funções públicas
319	6.7.5	Caducidade dos contratos de trabalho a termo com regime especial
322	6.7.6	Outras formas de cessação do contrato de trabalho a termo
323	7.	A regulamentação colectiva do contrato de trabalho a termo
329	8.	A transposição para o direito português da Directiva 1999/70/CE
329	8.1	Perspectiva formal: o instrumento de transposição
330	8.2	Perspectiva material
330	8.2.1	Âmbito de aplicação
330	8.2.2	Igualdade de tratamento
331	8.2.3	Sucessão de contratos
332	8.2.4	Preferência no emprego, formação profissional e representação colectiva
333	8.2.5	O contrato de trabalho a termo em funções públicas
337	8.2.6	Os contratos de trabalho a termo com regime especial
340	8.3	Balanço
344	9.	O trabalho temporário no direito português. Impacto da Directiva 2008/104/CE
344	9.1	Enquadramento
344	9.2	Definições
345	9.3	Princípio da igualdade de tratamento
347	9.4	Acesso ao emprego, aos equipamentos colectivos e à formação profissional
348	9.5	Representação dos trabalhadores temporários
349	9.6	Reexame das restrições ou proibições
352	9.7	Sanções
355		CONCLUSÃO
370		ADENDA
370		Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo. Análise da Lei 35/2014, de 20 de Junho
370		Enquadramento
371		Fundamentos
371		Regime de prova
372		Forma e formalidades
372		Duração, renovação, conversão e sucessão de contratos
372		Protecção dos trabalhadores
373		Cessação do contrato
373		Caducidade
373		Outras formas de cessação
374		BIBLIOGRAFIA